



Conselho Federal de Química

Plenário
Presidência
Assessoria Jurídica

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2800.00.03858.2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, a ser realizada por meio de inscrição no Seminário: Ciclo Temático dos Conselho Profissionais. A capacitação em questão será oportunizada a 2 (dois) colaboradores deste Conselho Federal de Química e ocorrerá Online - Ao Vivo, entre os dias 10 e 12/12/2024, com carga horária de 10 horas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de inscrição para participação online e ao vivo de colaboradores do CFQ no “Seminário: Ciclo Temático dos Conselho Profissionais” .	UN	2	R\$ 1.462,50	R\$ 2.925,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de um mês, contado da data de início do Seminário, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O custo total da contratação é de **R\$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O princípio da segurança jurídica, aplicado de forma abrangente no contexto das atividades da Assessoria Jurídica (AJUR) em Conselhos de Classe, fortalece sua atuação em processos administrativos e situações de fiscalização. Com os constantes desafios legais enfrentados, como a prevenção de fraudes e falsificação de documentos profissionais, a defesa contra práticas de assédio no ambiente laboral e a aplicação rigorosa das normas regulatórias, a capacitação dos profissionais da AJUR torna-se essencial para assegurar a integridade e a legalidade das operações do Conselho Federal de Química (CFQ).

2.2. Nesse cenário, é fundamental que os profissionais da AJUR estejam preparados para lidar com questões complexas, que exigem profundo conhecimento jurídico e atualização constante frente às normativas recentes. A capacitação proposta abordará de forma prática temas polêmicos, como a verificação de autenticidade de documentos, procedimentos para lidar com denúncias de assédio e estratégias para fortalecer o papel ético e regulatório dos Conselhos de Classe.

2.3. Além disso, a estruturação e a emissão de pareceres jurídicos adequados às demandas específicas do CFQ serão amplamente discutidas, proporcionando aos participantes orientações atualizadas em conformidade com a doutrina, jurisprudência e regulamentações mais recentes, incluindo normas infralegais de 2024. Ao final do curso, espera-se que os colaboradores estejam mais capacitados para agir preventivamente e responsivamente em questões críticas, garantindo não só a segurança jurídica, mas também o cumprimento dos valores éticos e profissionais que regem os Conselhos de Classe.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.1. Conforme expressamente previsto no art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a

licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

- III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
(...)
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

3.2. Além disso, segundo Renato Geraldo Mendes:

(...) o serviço técnico-profissional especializado se caracteriza por determinados traços e peculiaridades que o distinguem de outras atividades humanas. Algumas características são: a) conhecimento teórico e prático; b) experiência com situações de idêntico grau de complexidade; c) capacidade de compreender e dimensionar o problema a ser resolvido para idealizar e construir sua solução; d) capacidade didática para comunicar a solução idealizada; e e) capacidade de produzir convencimento; entre outras.

3.3. As referidas características estão presentes conjuntamente no evento **Seminário: Ciclo Temático dos Conselhos Profissionais** promovido pela SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA. Um dos diferenciais do curso está em seu conteúdo programático específico aos Advogados e Assessores Jurídicos: Profissionais responsáveis por prestar consultoria e suporte jurídico às atividades dos Conselhos de Classe, que abordará a temática de forma minuciosa, dando o devido destaque para os temas relevantes ao direito que impactam diretamente a administração e a fiscalização profissional.

3.4. A partir da análise da Qualificação da SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA, concluiu-se pela sua contratação, haja vista se tratar de uma instituição com larga experiência (08 anos) na capacitação e atualização no âmbito da Administração Pública. A entidade declara ter estrutura adequada e equipe multidisciplinar, todos capacitados para atender as demandas da Administração Pública.

3.5. Além disso, convém destacar que o Seminário será ministrado pelos Drs. Nuno Miguel Branco de Sá Viana, André Pinto de Souza Oliveira, Sabrina Batista Freire, Abel Chaves Júnior, Daniela Miranda Duarte, Marco José Stefani e Paulo Coimbra, cujos currículos demonstram notória especialização e larga vivência prática nos temas necessários para uma boa capacitação dos integrantes da AJUR que realizarão o curso. Segue o currículo resumido dos palestrantes conforme Proposta - Seminário - CFQ (SEI nº 0112225):

Dr. Nuno Miguel Branco de Sá Viana

Doutor em Ciências Jurídicas – Direito Constitucional pela Universidad Martín Lutero (EUA), Mestre em Ciências Jurídico-Internacionais pela Universidade de Lisboa, e pós-graduado em diversas áreas, incluindo Direito Público, Direito Empresarial, e Filosofia e Direitos Humanos. Procurador Autárquico, Vice-presidente da Comissão das Assessorias Jurídicas dos Conselhos Profissionais da OAB-MG e membro da Comissão de Ética da OAB/MG. Dr. Nuno é autor de várias obras jurídicas e coordena tecnicamente este curso.

Dr. André Pinto de Souza Oliveira

Assessor Jurídico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. Membro da Comissão das Assessorias Jurídicas dos Conselhos Profissionais da OAB-MG e da Comissão de Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG). Também integra o Comitê Público da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (APDADOS).

Dr.ª Sabrina Batista Freire

Advogada e sócia fundadora do escritório Batista Silva Freire Advogados, com graduação em Direito pela Universidade Salvador (2003) e pós-graduação em Direito Tributário pelo IBET. Possui ampla experiência em Direito Público e Privado, com consultoria para Conselhos de Fiscalização Profissional. Atualmente é Presidente da Comissão de Apoio à Advocacia junto aos Conselhos de Fiscalização Profissional da OAB/BA e Presidente da Comissão de Direito da Pessoa com Deficiência da OAB Lauro de Freitas/BA. É também Assessora Jurídica do Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região - CRN5.

Dr. Abel Chaves Júnior

Assessor Jurídico do CRA-MG, é Presidente da Comissão das Assessorias Jurídicas dos Conselhos Profissionais de Minas Gerais na OAB-MG. Além disso, participa das Comissões de Ética e de

Licitações da OAB-MG, sendo vice-presidente da Comissão das Assessorias Jurídicas do Sistema CFA/CRAs. Também integra a Comissão responsável pela reforma do Código de Ética e Disciplina dos profissionais da Administração no Sistema CFA/CRAs.

Dr.^a Daniela Miranda Duarte

Doutora e Mestre em Direito pela PUC/MG, com graduação em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna. Atua como Procuradora-Geral do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais e é Primeira Secretária da Comissão das Assessorias Jurídicas dos Conselhos Profissionais da OAB/MG. É autora do livro "Toda Vida Importa: Uma análise antropológica, sociológica e jurídica sobre os trabalhadores transexuais".

Dr. Marco José Stefani

Especialista em Direito do Estado e Direito Criminal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogado com mais de 16 anos de atuação, possui vasta experiência junto a Conselhos Profissionais, como o Conselho Regional de Nutricionistas e o Conselho de Relações Públicas. Atualmente, atua como advogado no Ceefino 07 e já foi advogado do CREFITO.

Dr. Paulo Coimbra

Professor de Direito Tributário nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da UFMG. Doutor e Mestre em Direito pela UFMG, foi professor convidado pela Université Panthéon-Sorbonne Paris 1 e pela Universitat de Barcelona. É também especialista em International Tax pela Harvard Law School e pela Universidad de Santiago de Compostela. Sócio do escritório Coimbra, Chaves e Batista Advogados.

3.6. Ademais, a SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA goza da confiança do Conselho Federal de Química em razão da qualidade dos curso realizados em outras oportunidades (processos: 2800.00.02311.2024 e 2800.00.01486.2023).

3.7. Em relação à vantajosidade da proposta apresentada, Proposta - Seminário - CFQ (SEI n° 0112225), ela pode ser aferida por meio das Notas Fiscais de serviços similares realizados pela SILP: Anexo NF_CRM-MS (SEI n° 0112227), Anexo NF_CRO-SP (SEI n° 0112228), Nota de empenho CRO-RJ (SEI n° 0112226).

3.8. Diante do exposto, justifica-se a contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea "f" da Lei n° 14.133/2021, a ser realizado por meio de inscrição no curso **Seminário: Ciclo Temático dos Conselho Profissionais**, promovido pela empresa **SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA**.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1. O seminário visa capacitar os profissionais da Assessoria Jurídica dos Conselhos de Classe para lidarem com os complexos desafios jurídicos que surgem no âmbito de suas atividades. Com uma abordagem prática e atualizada, serão discutidos temas relevantes para a atuação jurídica, incluindo processos administrativos, prevenção de fraudes, combate ao assédio e cumprimento das regulamentações específicas.

Objetivos do seminário:

- **Atualização e Capacitação:** Fornecer uma formação completa e prática sobre as principais funções da Assessoria Jurídica, capacitando advogados, assessores e procuradores dos Conselhos de Classe a enfrentar questões administrativas e regulatórias.
- **Prevenção de Fraudes e Falsificação:** Orientar sobre medidas preventivas para detecção e combate à falsificação de diplomas e carteiras profissionais, incluindo análise de documentação e técnicas de verificação de autenticidade.
- **Gestão de Processos de Assédio:** Discutir as melhores práticas e medidas preventivas para lidar com casos de assédio moral e sexual, assegurando um ambiente de trabalho seguro e conforme as normas vigentes.
- **Conformidade e Atualização Legislativa:** Atualizar os participantes sobre as recentes mudanças legislativas e regulatórias que impactam a atuação jurídica dos Conselhos de Classe, com foco na aplicação de normas infralegais e na orientação baseada nas melhores práticas e jurisprudência atual.

Estrutura do Seminário

PARTE I – Abertura e Introdução aos Temas do Seminário

Dia 10 – 09h30/09h40: Abertura oficial.

Palestrante: Dr. Nuno Rebelo.

PARTE II – Prevenção e Combate a Fraudes no Registro Profissional

Dia 10 – 09h40/10h50: Painel 1 – Falsificação de diploma e tentativa de registro nos Conselhos Profissionais.

Palestrante: Dr. André Oliveira.

Dia 10 – 11h10/12h15: Painel 2 – Recuperação de Crédito pela via administrativa: atuação assertiva dos Conselhos.

Palestrante: Dr.^a Sabrina Freira.

PARTE III – Gestão de Ambiente Laboral e Inclusão Profissional

Dia 11 – 09h30/09h40: Abertura oficial.

Palestrante: Dr. Nuno Rebelo.

Dia 11 – 09h40/10h50: Painel 1 – Assédio Moral e Sexual no ambiente laboral: medidas e atuação preventiva.

Palestrante: Dr. Abel Júnior.

Dia 11 – 11h10/12h15: Painel 2 – Nome Social e Carteira Profissional: pauta urgente, de inserção e garantidora.

Palestrante: Dr.^a Daniela Miranda.

PARTE IV – Ética, Finalidade e Desafios Jurídicos dos Conselhos de Classe

Dia 12 – 09h30/09h40: Abertura oficial.

Palestrante: Dr. Nuno Rebelo.

Dia 12 – 09h40/10h50: Painel 1 – Conselho Profissional e sua finalidade: utopia da vertente ética em períodos de crise da aplicabilidade jurídica.

Palestrante: Dr. Marco Stefani.

Dia 12 – 11h10/12h15: Painel 2 – Execução Fiscal: desafios dos Conselhos perante as mudanças da Legislação e posicionamentos do Poder Judiciário.

Palestrante: Dr. Paulo Coimbra.

PARTE V – Dúvidas, Intervalos e Encerramentos

Dúvidas e Esclarecimentos: Após cada painel (10 minutos).

Intervalos: Entre os painéis (10 minutos).

Encerramento: Resumo e convocação ao final de cada dia (12h25/12h30).

- 4.1. A Entidade Promotora do seminário, SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA, encaminhou os documentos SICAFI e as certidões que encontram-se anexas.

Razão Social: SILP- SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA

CNPJ: 51.338.961/0001-41

Telefone: (41) 99151-5593

Endereço: Av. Senador Salgado Filho nº 1385, sala 108, 1º andar, Cond. Centro Comercial Sal - Guabirota - Curitiba/PR - CEP 81510-000.

E-mail: contato@silp.com.br

Banco: Banco do Brasil (001)

Agência: 1876-7

Conta Corrente: 65014-5

- 4.2. Participarão da capacitação dois integrantes da Assessoria Jurídica do Conselho Federal de Química.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O presente Termo de Referência trata da contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “F” da Lei nº 14.133/2021, a ser realizado por meio de inscrição no curso “**Seminário: Ciclo Temático dos Conselho Profissionais**”. Tal serviço, por sua vez, não está relacionado à incidência de impactos ambientais, de modo que não se faz necessário elencar, neste documento, critérios de sustentabilidade para a referida contratação.

- 5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

- 5.3. Não haverá exigência de garantia da contratação, de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação com curto prazo de execução do serviço.

6. MODELO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto da referida contratação contempla:

6.1.1. Acesso à plataforma virtual de ensino, com exibição de conteúdos durante o curso. Acompanhamento e interação entre professor e aluno em sala durante todo o treinamento. Certificado Eletrônico com carga horária, após a conclusão da capacitação. Material Didático: Conteúdo Expositivo no formato PDF e Apostila do curso, enviados ao participante por meios eletrônicos.

6.2. O recebimento definitivo será concretizado quando comprovada a participação dos colaboradores participantes no curso por meio da emissão de certificado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

7.1. O fornecedor foi selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inc. III, alínea "F" da Lei n.º 14.133/2021, em razão da notória especialização e vivência prática do instrutor e a especificação do conteúdo programático estabelecido, conforme evidenciado anteriormente.

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF ou documentos por ele abrangidos.

7.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. Para fins de contratação, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos de habilitação:

7.12.1. **Habilitação Jurídica:**

7.12.1.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.12.2. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

i) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8. **PAGAMENTO**

8.1. **PREÇO**

8.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais)**, conforme proposta comercial.

8.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

8.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. PRAZO DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

8.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

8.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.4.1. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação

aplicável.

8.4.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

9.1.4. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.5. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

10.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.1.7. Comunicar ao CFQ, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que atrase a entrega do objeto;

10.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;

10.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta;

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e

10.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

IV - **Multa:**

1. moratória de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

a) O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1. compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Federal de Química para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Centro de Custo: 05.03.03.004 – Projeto Atividade de Gestão – Plano Anual de Treinamento e Plano de Desenvolvimento de Lideranças; e

Conta Contábil: 6.2.2.1.1.33.90.39.025 - Serviços de Seleção, Treinamento e aperfeiçoamento.

Gustavo de Souza Cardoso

Integrante Técnico

Nelma Rezende de Sá

Integrante Administrativo

Leandro Coelho

Integrante Requisitante

Brasília, 28 de novembro de 2024.

Aprovado por:

RENATO MELO TEIXEIRA

Gerente Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Nelma Rezende de Sa, Analista**, em 29/11/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Souza Cardoso, Integrante Técnico da Equipe de Planejamento**, em 29/11/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Coelho Conceição, Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento**, em 04/12/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Melo Teixeira, Gerente**, em 05/12/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfq.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0111320** e o código CRC **3D7ACDB1**.

Referência: Processo nº 2800.00.03858.2024

SEI nº 0111320

SCS Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 9º andar
Brasília/DF, CEP 70.308-200
Telefone: (61) 2099-3300 - www.cfq.org.br